RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
ATRIA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.
Araucária - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Atria S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Atria S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 16 de março de 2023.

ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP

MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

ATRIA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE

(Em milhares de reais)

ATIVO

	2022	2021
CIRCULANTE	**57.516**	**57.035**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Nota 4)	18.495	23.075
Depósitos Bancários de Instituições s/conta Reserva	29	28
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.466	23.047
INSTRUMENTOS FINANCEIROS (Nota 5)	39.021	33.946
Operações de Crédito	44.385	40.363
(-) Provisão p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(5.364)	(6.417)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	-	14
Diversos	4.027	4.042
(-) Provisão p/ perdas esperadas associadas a outros créditos	(4.027)	(4.028)
NÃO CIRCULANTE	**36.611**	**29.330**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**36.611**	**29.330**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS (Nota 5)	24.454	19.278
Operações de Crédito	28.287	26.406
(-) Provisão p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.833)	(7.128)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	-	29
Diversos	-	30
(-) Provisão p/ perdas esperadas associadas a outros créditos	-	(1)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 7)	12.157	10.023
Bens não de uso Próprio	12.157	10.023
PERMANENTE	**-**	**-**
IMOBILIZADO DE USO	-	-
Outras Imobilizações de Uso	5	5
Depreciação acumulada	(5)	(5)
TOTAL DO ATIVO	**94.127**	**86.365**

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

ATRIA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2022	2021
CIRCULANTE	**6.997**	**6.872**
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS (Nota 8)	641	87
Outros instrumentos financeiros	93	87
Recursos de Acionistas a Pagar	548	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	6.356	6.785
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	41	25
Sociais e Estatutárias (Nota 9.a)	3.900	2.514
Fiscais e Previdenciárias (Nota 9.b)	2.365	3.712
Diversas (Nota 9.c)	50	534
NÃO CIRCULANTE	**11.231**	**11.779**
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS (Nota 8)	11.231	11.779
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	6.298	6.298
Recursos de Acionistas a Pagar	4.933	5.481
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 11)	**75.899**	**67.714**
Capital:		
De Domiciliados no País	90.016	90.016
Prejuízos Acumulados	(14.117)	(22.302)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**94.127**	**86.365**

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

ATRIA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2022	2022	2021
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**8.951**	**18.128**	**11.496**
Rendas de Operações de Crédito	7.687	15.576	10.666
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.264	2.552	830
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(905)**	**14**	**198**
Reversão da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 5d)	(905)	14	198
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**8.046**	**18.142**	**11.694**
OUTRAS (DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS	**(2.196)**	**(2.277)**	**1.212**
Receita de Prestação de Serviços	38	60	62
Despesas de Pessoal	(225)	(440)	(403)
Outras Despesas Administrativas (Nota 12)	(716)	(1.589)	(1.333)
Despesas Tributárias	(435)	(957)	(659)
Outras Receitas Operacionais (Nota 13)	718	2.243	3.567
Outras Despesas Operacionais (Nota 14)	(1.576)	(1.594)	(22)
LUCRO ANTES DA PROVISAO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**5.850**	**15.865**	**12.906**
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 17)	(556)	(3.091)	(3.862)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	**5.294**	**12.774**	**9.044**
Quantidade de Ações (milhares)	124.100	124.100	124.100
Resultado por ação - R$	0,043	0,103	0,073

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

ATRIA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2022	2022	2021
Resultado do Período	**5.294**	**12.774**	**9.044**
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente do Período	**5.294**	**12.774**	**9.044**

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

ATRIA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em Milhares de Reais)

EVENTOS	Capital Social		(Prejuízos) Acumulados	TOTAL
	Integralizado	(-) A Reduzir		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**90.016**	**-**	**(28.389)**	**61.627**
Lucro Líquido do Exercicio	-	-	9.044	**9.044**
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	(2.957)	**(2.957)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**90.016**	**-**	**(22.302)**	**67.714**
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	**-**	**-**	**6.087**	**6.087**
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022	**90.016**	**-**	**(14.822)**	**75.194**
Lucro Líquido do Semestre	-	-	5.294	**5.294**
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	(4.589)	**(4.589)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**90.016**	**-**	**(14.117)**	**75.899**
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	**-**	**-**	**705**	**705**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**90.016**	**-**	**(22.302)**	**67.714**
Lucro Líquido do Exercicio	-	-	12.774	**12.774**
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	(4.589)	**(4.589)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**90.016**	**-**	**(14.117)**	**75.899**
MUTAÇÕES DO EXERCÍCO	**-**	**-**	**8.185**	**8.185**

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

ATRIA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2022	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	**5.850**	**15.865**	**12.906**
Ajustes para Reconciliar o Lucro Líquido ao Caixa Líquido proveniente de Atividades Operacionais	**(1.461)**	**(3.077)**	**(3.664)**
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(905)	14	198
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(556)	(3.091)	(3.862)
Lucro Líquido Ajustado	**4.389**	**12.788**	**9.242**
Variação de Ativos e Obrigações	**(10.077)**	**(12.779)**	**(9.320)**
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	(12.975)	(10.265)	(11.124)
Redução (Aumento) em Outros Créditos	8	43	10
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	-	(2.134)	(2.129)
Aumento (Redução) em Arrecadação Trib. Assemelhados	(57)	16	25
Aumento (Redução) em Obrigações Sociais e Estatutárias	2.231	1.386	729
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais e Previdenciárias	717	(1.347)	2.659
Aumento (Redução) em Obrigações Diversas	(1)	(478)	510
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	**(5.688)**	**9**	**(78)**
Fluxo de Caixa nas Atividades de Financiamentos:			
Juros sobre o Capital próprio	(4.589)	(4.589)	(2.957)
Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamentos	**(4.589)**	**(4.589)**	**(2.957)**
Aumento/(Redução) das Disponibilidades	**(10.277)**	**(4.580)**	**(3.035)**
Disponibilidade de Caixa no Início do Período	**28.772**	**23.075**	**26.110**
Disponibilidade de Caixa no Fim do Período	**18.495**	**18.495**	**23.075**

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Átria S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), com sede no município de Araucária - PR, tem como atividade a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares próprias das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento.

Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil, conforme despacho publicado no Diário Oficial da União, em 9 de outubro de 2003.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

A partir de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Resolução BCB nº 02/2020 foram incluídas nas Demonstrações Financeiras. O objetivo principal da norma é estabelecer critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a Instituição na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo (BACEN):

Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R2).
Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
Resolução CMN nº 4.524/16 - CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
Resolução CMN nº 4.720/19 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.
Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo Intangível
Resolução CMN nº 4.636/18 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.
Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.
Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente.
Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 – Ativo Imobilizado
Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.
Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 - Mensuração do Valor Justo

Não há previsão de quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e nem se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Instituição em 16 de março de 2023.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

(d) Operações de crédito, recursos de aceites cambiais e interfinanceiros
As operações de crédito estão compostas de empréstimos e financiamentos ao setor privado. As operações contratadas com taxas pós e prefixadas são registradas pelo valor principal e as rendas são apropriadas ao resultado pela taxa linear ou exponencial conforme contratado, em razão da fluência de seus prazos até a data do balanço, retificados das rendas a apropriar quando aplicável.

(e) Provisão para perdas esperada associada ao risco de crédito
Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira.

Em conformidade com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Instituição classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada operação ou do grupo econômico de cada devedor. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos tais como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros.

A referida Resolução determina critérios e percentuais mínimos a serem observados na constituição de provisões para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, que são rigorosamente seguidos pela Instituição.

(f) Outros valores e bens
Em conformidade com a Circular BACEN nº 909/85 é representado por bens incorporados ao ativo da instituição efetuada por devedores em função da liquidação de suas operações de crédito, cujo valor é ajustado ao seu valor de realização quando inferior ao saldo devedor da operação original. Quaisquer ganhos são reconhecidos apenas quando da venda desses bens.

(g) Passivos circulante e exigível a longo prazo
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

(h) Captações vinculadas
As captações de recursos para realização de operações ativas vinculadas são demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço nos termos da resolução CMN nº 2921/2002.

(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e o CPC 25 aprovado pelo BACEN, da seguinte forma:

Ativos Contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas.

Passivos Contingentes – são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade dos tribunais, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

(j) Imposto de renda e contribuição social
No cálculo do imposto de renda e contribuição social, a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% e a provisão para contribuição social sobre o lucro tributável é constituída à alíquota de 15% no período de janeiro a julho de 2022, e 16% de agosto a dezembro de 2022.

A provisão para imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

(k) Estimativas contábeis
A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração se utilize de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração do Instituição revisa as estimativas e premissas periodicamente. Entretanto, alguns valores efetivos dessas operações poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Disponibilidades	29	28
Aplicações interfinanceiras de liquidez	18.466	23.047
	18.495	**23.075**

As aplicações interfinanceiras são pós-fixadas a um rendimento médio de 100% do CDI e sua liquidez é imediata.

NOTA 05 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

(a) Operações de crédito e outros créditos por setor e atividade econômica

Descrição	**2022**	**2021**
Setor privado - Indústria	37.412	46.809
Setor privado – Comercio	-	71
Setor privado - Outros serviços	28.969	12.663
Setor privado – Pessoa física	6.291	7.226
Subtotal de operações de crédito	**72.672**	**66.769**
Devedores por compra de valores e bens (nota 6)	-	44
Subtotal de Devedores por compra de valores e bens	**-**	**44**
Total de operações de crédito e outros créditos	**72.672**	**66.813**
(-) Provisão p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(9.197)	(13.545)
(-) Provisão para compra de valores e bens (Nota 6)	-	(1)
Total	**63.475**	**53.267**
Circulante	39.021	33.960
Não circulante	24.454	19.307

(b) Operações de crédito e outros créditos por faixa de vencimento

Descrição	Vencidas	A vencer até seis meses	A vencer em mais de seis meses	Total
Setor privado - Indústria	1.446	15.987	19.979	37.412
Setor privado - Outros serviços	31	14.688	14.250	28.969
Setor privado - Pessoa física	-	23	6.268	6.291
	1.477	**30.698**	**40.497**	**72.672**

(c) Operações de crédito e outros créditos por nível de risco e provisão

Em conformidade com as Resoluções 2.682/99 e 2.697/2000 do Conselho Monetário Nacional, Carta-Circulares 2.903/2000 e 2.899/2000 do Banco Central do Brasil, a carteira de créditos foi classificada conforme demonstrado a seguir:

Nível de risco	A vencer	Vencidas até 14 dias	Vencidas há mais de 15 dias	Total
A	-	-	-	-
B	14.941	49	48	15.038
C	14.400	-	-	14.400
D	35.631	-	-	35.631
E	3.569	29	28	3.626
F	-	-	-	-
G	31	-	11	42
H	2.623	-	1.312	3.935
	71.195	**78**	**1.399**	**72.672**

	Operações de crédito			PCLD	
Nível de risco	2022	2021	Percentual de risco	2022	2021
A	-	71	0,50	-	0
B	15.038	11.592	1,00	150	116
C	14.400	38.726	3,00	432	1.162
D	35.631	-	10,00	3.563	-
E	3.626	4.781	30,00	1.088	1.434
F	-	59	50,00	-	30
G	42	2.600	70,00	29	1.820
H	3.935	8.984	100,00	3.935	8.984
	72.672	**66.813**		**9.197**	**13.546**

(d) Movimentação de provisões do ano

	2022	2021
Saldo inicial de provisão para operações de crédito e outros créditos (A)	**13.546**	**9.130**
Incremento da provisão na classificação das operações	7.527	10.294
Decréscimo da provisão na classificação das operações	(11.876)	(5.878)
Saldo final de provisão para operações de crédito e outros créditos (B)	**9.197**	**13.546**
(Recuperação)Baixa de créditos para prejuízo (C)	4.335	(4.614)
(Provisão)Reversão para operações de crédito e outros créditos (A-B-C)	14	198

e) Operações de crédito renegociadas no período

Descrição	2022	2021
Empréstimos	53.573	56.197
Financiamentos	8.122	2.794
	61.695	**58.991**

(f) Operações de crédito, baixadas para perdas no período

Descrição	2022	2021
Empréstimos	4.335	-
Financiamentos	-	-
	4.335	**-**

(g) Operações de crédito e outros créditos recuperados no período

Descrição	2022	2021
Empréstimos	180	3.223
Financiamento	485	161
	665	**3.384**

(h) Garantias recebidas nas operações de crédito

As operações de créditos estão suportadas em sua totalidade por garantias fidejussórias suficientes e adequadas às circunstâncias, adicionalmente quando necessário, são exigidas garantias reais abaixo elencadas:

Descrição	2022	2021
Alienação fiduciária	9.658	13.294
Hipotecas	-	2.350
Outras garantias	47.462	59.162
	57.120	**74.806**

NOTA 06 - OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Descrição	2022	2021
Circulante		
Devedores por compra de valores e bens (ii)	-	15
Títulos de crédito a receber (i)	4.027	4.027
Provisão p/ perdas esperadas associadas a outros créditos	(4.027)	(4.028)
		14
Não circulante		
Devedores por compra de valores e bens (ii)	**-**	30
Provisão p/ perdas esperadas associadas a outros créditos	-	(1)
		29

(i) Precatório no valor de R$ 4.027 recebido do Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia, para liquidação total de operações de financiamento do cliente EIT – Empresa Industrial Técnica, CNPJ.: 08.402.620/0001-69. Em 2016, foi constituido provisão sobre o valor total do referido título, em virtude da baixa perspectiva de realização da mesma.
(ii) Operações de financiamento de imóveis recebidos em dação de pagamento.

NOTA 07 - OUTROS VALORES E BENS

	2022	2021
Imóveis recebidos em dação	12.157	10.023
	12.157	**10.023**

No ano de 2022, o total de ativos não financeiros mantidos para venda, classificados no grupo de "Outros valores e bens" totalizavam R$ 12.157, composto pelos valores de; R$ 3.100 referente a consolidação de propriedade de imóvel oferecido em garantia pelo cliente Macen Construtora e Incorporadora Ltda., CNPJ 08.855.908/0001-99 no ano de 2019; R$ 1.899 referente a consolidação de propriedade de área dada em garantia pelo cliente Construtora Brasília Guaíba, CNPJ 33.192.873/0001-00 no ano de 2017 e R$ 2.820 referente arrematação de imóvel oferecido em garantia pelo cliente AGS Desenvolvimento e Participações Ltda., CNPJ 05.944.484/0001-40. Em 2022 foi recebido em dação em pagamento, um total de R$ 4.338 do cliente Stefania Participações Imobiliárias Ltda, CNPJ 16.538.744/0001-02. Em decorrência da revogação do art. 35 da Lei nº 4.595, pela Lei nº 13.506 de 13 de novembro de 2017, o qual determinava a venda do imóvel em até um ano após o recebimento em dação de pagamento, o saldo da conta foi reclassificado para "Não circulante".

NOTA 08 - DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Descrição	2022	2021
Fornecedores	93	87
Recursos vinculados a operações de crédito (i)	6.298	6.298
Redução de capital acionistas (ii)	5.481	5.481
	11.872	**11.866**
Circulante	641	87
Não circulante	11.231	11.779

(i) Os recursos vinculados as operações de crédito foram realizadas nos termos da Resolução CMN nº 2.921/ 02, tendo os vencimentos até 29 de novembro de 2024, sendo que R$ 6.298 não está sendo remunerado devido a operação ativa vinculada representar atraso superior a 60 dias e não gerar rendas.

(ii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de julho de 2018, foi deliberada a dissolução parcial da companhia pela liquidação e cancelamento das ações do capital social de um dos sócios, mediante pagamento de haveres a partir de 31/07/2023.

NOTA 09 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

(a) Sociais e estatutárias

Descrição	2022	2021
Distribuição de juros sobre o capital próprio a pagar	3.900	2.514
	3.900	**2.514**

(b) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2022	2021
Impostos e contribuições sobre o lucro	1.579	3.197
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	4	5
Impostos e contribuições sobre os salários	16	14
Pis a pagar	11	7
Cofins a pagar	67	45
IRRF juros sobre o capital próprio	688	444
	2.365	**3.712**

(c) Diversas

Descrição	2022	2021
Provisão para pagamentos a efetuar	50	34
Pendências a regularizar (i)	-	500
	50	**534**

(i) O valor contabilizado em "Pendências a regularizar" em 2021, refere-se a sinal de negócios recebido na transação de venda de Ativos Não Financeiros, mantidos para venda no Edifício Parigi Residenza, em Balneário Camboriu/SC. A regularização ocorreu após a formalização e registro do contrato de financiamento imobiliário, oferecido pelo comprador.

NOTA 10 - CONTINGÊNCIAS

(a) Processo com probabilidade de perda possíveis

Em consonância ao Pronunciamento Técnico CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", a Átria S.A. é parte em processos judiciais cíveis de natureza ativa decorrentes do curso normal de suas atividades que tem por objetivo recuperação de créditos vencidos, não possuindo ações judiciais de caráter passivo que necessite constituição de provisões para contingência, todavia apresenta ações classificadas com risco possível de perda pelos assessores jurídicos, abaixo divulgados:

	2022	2021
Cível	4.477	4.822
	4.477	**4.822**

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social é de R$ 90.016.197,18 (noventa milhões, dezesseis mil, cento e noventa e sete reais e dezoito centavos) dividido em 124.100.000 (cento e vinte e quatro milhões, e cem mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencentes a acionistas residentes no país.

(b) Dividendos mínimos obrigatórios

É garantido aos acionistas no mínimo 25% a títulos de dividendos ou juros sobre o capital próprio calculados sobre o lucro líquido ajustado. Neste ano foram distribuídos juros sobre o capital próprio conforme os parâmetros estabelecidos na Resolução 4.820 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional.

(c) Lucro por ação

No exercício de 2022 a instituição apresentou resultado positivo de R$ 12.774 equivalente a R$ 0,103 por ação, em 2021 o resultado foi de R$ 0,073 por ação.

NOTA 12 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2022	Exercícios findos em 31 de dezembro 2022	2021
Processamento de dados	316	575	517
Sistema Financeiro	53	101	121
Serviços técnicos especializados	220	433	434
Despesa com alugueis	22	44	40
Despesa com comunicações	-	1	2
Despesa com contribuição filantrópica	65	65	-
Despesa com manut. conservação de bens	4	5	1
Despesa com publicações	-	1	6
Despesa com serviço de terceiros	5	207	39
Despesa com transportes	-	-	1
Despesa com condomínio	-	-	36
Emolumentos judiciais e cartorários	31	157	136
	716	**1.589**	**1.333**

NOTA 13 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2022	Exercícios findos em 31 de dezembro 2022	2021
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	447	665	3.384
Diversas	271	1.578	183
	718	**2.243**	**3.567**

NOTA 14 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2022	Exercícios findos em 31 de dezembro 2022	2021
Despesa com captações vinculadas	1.576	1.576	11
Despesa com desconto em operação	-	18	11
	1.576	**1.594**	**22**

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

(a) Obrigações com partes relacionadas decorrentes de captações de recursos

Natureza	Grau de relação	2022	2021
Captação vinculada (i)	Ligada	6.298	6.298
		6.298	**6.298**

(i) Operações realizadas com empresa ligada nos termos da Resolução CMN nº 2.921, tendo os vencimentos até 29 de novembro de 2024. O Montante de R$ 6.298 não está sendo remunerado devido a operação ativa vinculada representar atraso superior a 60 dias e não gerar rendas.

(b) Dispêndios com partes relacionadas decorrentes de serviços prestados

Natureza	Grau de relação	2022	2021
Prestação de serviços administrativos	Ligada	233	233
		233	**233**

Prestação de serviço administrativo por prazo indeterminado, nos termos da Resolução BCB nº 277 de 31 de dezembro de 2022, do Conselho Monetário Nacional.

(c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Benefícios de curto prazo a administradores	2022	2021
Honorários	73	66
Juros sobre o Capital Próprio	3.900	2.514
	3.973	**2.580**

Anualmente em Assembleia Geral Ordinária é estabelecida a remuneração dos administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

NOTA 16 - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO (PRS5)

Conforme disposto nas Resolução nº 2.099/94 e 4.958/21, é exigido das Instituições a manutenção de Patrimônio de Referência mínimo para fazer frente às parcelas de exposição de risco das suas operações, apuradas através da aplicação de fatores de ponderação de risco (RWA - Risk-Weighted Assets) que variam de 0% a 1250%. Em maio de 2019 a Atria S.A - Crédito, Financiamento e Investimento, optou pela metodologia simplificada para apuração do Patrimônio de Referência Exigido "S5", atendendo aos critérios da resolução 4.606 do Conselho Monetário Nacional de alocação de capital, para manter seu Patrimônio de referência Exigido compatível com o grau de risco das suas operações, estando perfeitamente enquadrada nos limites operacionais exigidos pelo Sistema Financeiro Nacional.

(a) Limites de imobilização

	2022	2021
Situação		
Margem	75.899	67.714
Patrimônio de Referência para limite de imobilização	37.949	33.857

(b) Compatibilidade do PR com o grau de risco dos ativos, passivos e compensação

Descrição	2022	2021
RWA (Risk-Weighted Assets) – Ativos ponderados pelo risco	68.906	61.374
RWA CPAD – Risco de crédito	65.285	57.796
RWA MPAD – Risco de mercado	-	-
RWA OPAD – Risco operacional	3.621	3.578
Fator para requerimento mínimo de PR (%)	0,1700	0,1625
Patrimônio de referência mínimo exigido para o RWA	11.714	9.973
Patrimônio de referência	75.899	67.714
Margem do patrimônio de referência	64.185	57.741
Índice de Basileia (%)	84,57	87,27

(*) Para o cálculo da parcela RWA OPAD - Risco Operacional, a Instituição utiliza a metodologia Abordagem do Indicador Básico (AIB).

NOTA 17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Conciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	2022	2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro	15.865	12.906
Adições:		
Provisões não dedutíveis	2.734	739
	2.734	**739**
Exclusões:		
Reversão de provisões não dedutíveis	(2.748)	(936)
Distribuição de juros sobre capital próprio	(4.589)	(2.957)
Compensação de prejuízos fiscais anos anteriores	(3.379)	-
Perdas fiscais conforme Lei 9.430/96 art.9	-	(639)
	(10.716)	**(4.532)**
Base de Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	7.883	9.113
Imposto de renda	(1.882)	(2.241)
Contribuição social sobre o lucro líquido	(1.209)	(1.621)
	(3.091)	**(3.862)**

NOTA 18 - OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Gerenciamento de riscos

A administração da Instituição considera o gerenciamento de riscos essencial para a maximização eficiente do uso do capital e identificação de oportunidade de negócios. Em maio de 2019 a Instituição optou pelo enquadramento no segmento "S5" de acordo com os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, e desenvolveu uma estrutura simplificada de gerenciamento de riscos em razão do seu porte e perfil de risco simplificado das suas operações. O gerenciamento simplificado de riscos tem por objetivo subsidiar a administração na tomada de decisões, através do monitoramento de potenciais perdas financeiras decorrentes de riscos de crédito, operacional, liquidez e capital e controles condizentes com a relavancia dos riscos identificados. Também faz parte do gerenciamento simplificado de riscos a apuração de eventuais necessidades de capital regulatório em consonância às diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

A estrutura de gerenciamento simplificado de riscos está alinhada com a natureza e complexidade das operações, produtos e serviços, considerando o perfil e a relevância de cada risco aos quais a Instituição está exposta.

(i) Risco de crédito

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

(ii) Risco de liquidez

Refere-se ao risco de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significantes, ou não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade do mercado.

(iii) Risco operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui também o risco legal associado a inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sansões em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

(iv) Risco de capital

O Risco de capital refere-se ao monitoramento e apuração de eventuais necessidades de capital regulatório e providencias quanto à sua adequação em consonância às diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

A diretoria reavalia anualmente ou sempre que necessário as políticas e estrutura de gerenciamento simplificado de riscos, buscando dessa forma a constante atualização e aderência dos processos junto aos colaboradores no gerenciamento de riscos.

(b) Ouvidoria

Instituída nos moldes da Resolução CMN nº 4.860/2020, a Ouvidoria é um sistema exclusivo de relacionamento com os clientes, destinado a receber e responder a todos os contatos advindos da relação contratual mantida com os mesmos, buscando a prevenção e solução de conflitos e a excelência no atendimento.

NOTA 19 - RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes.

O resultado contábil em 2022 foi de R$ 12.774 mil (R$ 9.044 mil em 2021), sendo todo este valor tratado como resultado recorrente.

Não foram identificados resultado não recorrentes, portanto, não estão sendo apresentados.

NOTA 20 - RESUMO DO PLANO DE ADEQUAÇÃO CONTÁBIL – RESOLUÇÃO 4.966 25/11/2021

2022: Início da elaboração do plano de implementação da regulação contábil aplicada a instrumentos financeiros (Art.76); Avaliação e mensuração de investimentos mantidos para venda conforme Art.24 (Art.81, Inciso I, Alínea A), se existentes na instituição; Consulta junto ao fornecedor do software da instituição, sobre o desenvolvimento de ferramenta sistêmica que atenda aos requisitos da regulação contábil; Abertura de canal de contato pelo fornecedor do software da instituição para discussões sobre o tema; Criação de página com atualização diária pelo fornecedor do software da instituição, para acompanhamento da evolução das avaliações realizadas, impacto nos produtos e previsão de entrega das alterações necessárias; Envio ao Banco Central do Brasil, plano implementação da regulação contábil aplicada a instrumentos financeiros (Art.76).

2023: Divulgação resumida do plano nas notas explicativas as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022 (Art.76, Inciso II); Definição e aprovação dos modelos de negócios para gestão de ativos financeiros (Art.59); Alocação dos instrumentos financeiros em estágios (Art.37) e Avaliação da perda esperada associada ao risco de crédito (Art.40); Início da homologação de ferramenta sistêmica destinada a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa, e constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros.

2025: Entrada em vigor dos demais dispositivos da Resolução CMN n°. 4966 de 25 de novembro de 2021; Divulgação nas notas explicativas relativas as demonstrações financeiras 2024 dos impactos estimados na implementação da regulação contábil sobre o resultado e a posição financeira da instituição (Art.78).